

Sumário

Número de notícias: 17 | Número de veículos: 11

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Juiz nega pedido da defesa de Flávio Bolsonaro para ter acesso a dados de devassa na Receita	3
--	---

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Justiça Federal absolve Lula em caso de suposta propina de R\$ 6 milhões	5
--	---

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Para isentar IR até R\$ 2,4 mil, governo quer taxar ganhos com dividendos	7
---	---

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Supremo analisará taxaço de remessas ao exterior	9
--	---

O GLOBO - RJ - PAÍS
SERVIDOR PÚBLICO

"Com Bolsonaro e Lula, não acredito em terceira via"	10
--	----

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Oito projetos prioritários do governo continuam travados	12
--	----

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Indústria e serviços travam disputa para reduzir cobrança de tributos	15
---	----

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Equipe econômica quer isenção para dividendos de até R\$ 20 mil por mês	17
---	----

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Ricos na AL precisam pagar 'muito mais' imposto, diz FMI	18
--	----

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

O recuo do empreendedorismo brasileiro (2)	19
--	----

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

MP é 'onerosa e aleijada', mas melhor que nada, diz ex-secretário de Guedes	20
---	----

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Pandemia agrava desigualdade na América Latina, afirma ONU	21
--	----

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Reformas para o projeto autoritário - MÍRIAM LEITÃO	24
---	----

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER
ECONOMIA

Impunidade e paranóia se cruzam e iluminam cena grotesca do presidente	26
--	----

Terça-Feira, 22 de Junho de 2021

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

"Índice de infelicidade" dos brasileiros é o mais alto em cinco anos 28

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Retomada sem emprego (2) 30

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO
ECONOMIA

Desigualdade racial é ainda pior em regiões mais ricas do Brasil 32

Juiz nega pedido da defesa de Flávio Bolsonaro para ter acesso a dados de devassa na Receita

Ítalo Nogueira riodejaneiro

A Justiça Federal negou nesta segunda (21) pedido da defesa do senador Flávio Bolsonaro (Patriota-RJ) para acessar o resultado da devassa nos sistemas da **Receita Federal** para identificar acessos aos dados fiscais do filho do presidente Jair Bolsonaro.

O juiz Márcio Moreira, da 8ª Vara Federal do DF, entendeu que o habeas data, instrumento utilizado pelos advogados para obter as informações, não era o adequado para os objetivos do senador.

"O objetivo do habeas data é saber "o que" existe a respeito do impetrante nos bancos de dados do Estado, e não para saber "quem" acessou as informações ali constantes", afirmou o magistrado.

O habeas data tem como objetivo assegurar a um cidadão acesso a dados e informações pessoais sob a guarda do Estado. O instrumento foi usado por perseguidos políticos na ditadura militar (1964-1985) a fim de obter, após a redemocratização, as informações produzidas sobre eles.

A defesa do senador afirmou que vai recorrer.

Como a Folha revelou, a Receita fez uma devassa para tentar identificar investigações em dados fiscais do presidente Bolsonaro, de seus três filhos políticos, de suas duas ex-mulheres, da primeira-dama, Michelle, e de Fabrício Queiroz, suposto operador financeiro de Flávio.

O levantamento foi muito mais amplo do que apontado meses atrás como um movimento apenas da defesa de Flávio contra a investigação da suposta "rachadinha" tocada pelo Ministério Público do Rio de Janeiro.

Atingiu, na verdade, todo o entorno familiar do presidente, incluindo suas duas ex-mulheres com quem dividiu seu patrimônio e que não são alvo da investigação contra Flávio. O rastreamento abrangeu 22 sistemas de dados da Receita no período de janeiro de 2015 a setembro de 2020.

Os advogados dizem que não solicitaram a realização das demais pesquisas no entorno do presidente. A Receita não informou o responsável pela solicitação da devassa.

A defesa de Flávio afirma que não recebeu o resultado da apuração sobre o senador e sua mulher, Fernanda, e recorreu à Justiça para obtê-los.

Os alvos do habeas data são o coordenador-geral de Tecnologia e Segurança da Informação da Receita, Juliano Neves, e o presidente do Serpro (Serviço Federal de Processamento de Dados), Gileno Gurjão Barreto.

Em sua decisão, Moreira não entra no mérito do pedido. O magistrado apenas afirma apenas que o meio jurídico para o pedido foi errado.

"O que se busca é o nome de quem pesquisou esses dados, as datas e as vias de acesso, informações que, obviamente, não fazem parte do banco de dados sobre a pessoa do impetrante e que não podem ser requeridas pela via do habeas data, uma vez que extrapolam sua finalidade instrumental concebida na Constituição", escreveu o magistrado.

Ao negar oficialmente o acesso ao resultado da pesquisa, a Receita afirmou aos advogados do senador que os "logs" - como são chamados os arquivos sobre as consultas aos sistemas do Fisco - são sigilosos e não podem ser fornecidos com base na Lei de Acesso à Informação.

"Revelar os logs de acesso a determinada declaração ou dado fiscal, ou para que fim foi acessado, ou quem o acessou, sem motivação contundente, é revelar as ações da Administração Tributária no desempenho de suas funções legais, bem como a própria informação protegida por sigilo fiscal." A Receita também menciona parecer da CGU (Controladoria-Geral da União) que aponta risco de assédio sobre os auditores fiscais caso as informações fossem reveladas.

"Os servidores estariam expostos à cooptação criminosa de pessoas físicas e jurídicas, visando à obtenção de informações pertinentes não somente à

sua situação fiscal e tributária própria e de terceiros, mas de eventuais procedimentos investigativos em curso na RFB", afirma o parecer.

A Receita não explicou, contudo, a razão do pedido de apuração especial sobre os nove CPFs de pessoas no entorno do presidente.

A apuração especial é um meio pelo qual se obtém todo e qualquer "log".

Os "logs" indicam a data e o nome do auditor responsável pela consulta aos dados fiscais dos contribuintes. Caso não haja justificativa para a atuação, o servidor pode ser punido pelo acesso imotivado.

O resultado da apuração especial, porém, também permite identificar investigações legais ainda em sigilo contra o dono do CPF analisado.

A mobilização da estrutura do governo em favor de Flávio foi revelada em outubro pela revista Época. Na ocasião, soube-se que as advogadas do senador recorreram à Receita e ao Serpro para tentar descobrir em que momentos os dados fiscais de Flávio e de sua mulher foram acessados.

O motivo manifestado pela defesa era o de que o relatório do Coaf (órgão federal de inteligência financeira) que originou a investigação da "rachadinha" continha informações com detalhes cuja origem não eram os bancos, com os quais o órgão troca informações. Os dados viriam da Receita.

A suspeita da equipe de Flávio era que ele tenha sido vítima de prática semelhante à revelada por mensagens obtidas pelo Intercept Brasil e analisadas pela Folha e pelo site, na qual dados fiscais sigilosos eram obtidos informalmente por procuradores da Operação Lava Jato.

A prática é conhecida como "fishing expedition", no qual investigadores acessam dados fiscais de uma pessoa sem justificativa legal em busca de possíveis irregularidades.

"O que se busca é o nome de quem pesquisou esses dados, as datas e as vias de acesso, informações que, obviamente, não fazem parte do banco de dados sobre a pessoa do impetrante" Márcio Moreira juiz da 8ª Vara Federal do DF

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=495>

66

Justiça Federal absolve Lula em caso de suposta propina de R\$ 6 milhões



O ex-presidente Lula discursa 2 dias depois de ter anuladas suas condenações da Lava Jato. Malene Bergamo - 10.mar.21/Folhapress

Camila Mattoso são paulo

A Justiça Federal em Brasília absolveu nesta segunda-feira (21) o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, seu ex-chefe de gabinete Gilberto Carvalho e outras cinco pessoas que tinham sido acusadas pelo Ministério Público Federal de favorecer montadoras por meio da edição da Medida Provisória 471, editada em 2009.

De acordo com a decisão do juiz federal Frederico Botelho de Barros Viana, a investigação não "demonstrou de maneira convincente" como Lula e Carvalho "teriam participado no contexto supostamente criminoso".

A acusação contra o ex-presidente Lula teve origem na **Operação Zelotes** e foi oferecida pelo MPF em 2017.

Segundo o Ministério Público Federal, a empresa Marcondes e Mautoni Empreendimentos, que representava a Caoa (Hyundai) e a MMC (Mitsubishi do Brasil), teria oferecido R\$ 6 milhões a Lula e Carvalho em troca da edição da MP 471, que prorrogou incentivos fiscais a montadoras instaladas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

O dinheiro serviria para arrecadação ilegal da campanha eleitoral do PT.

Os procuradores inicialmente afirmavam na denúncia que o ex-presidente e seu auxiliar teriam permitido aos empresários acesso ao texto da norma antes de ser publicada e numerada, depois de realizados os ajustes encomendados. Falavam ainda em infração ao dever funcional.

Em maio, a Procuradoria mudou de posição e solicitou a absolvição do petista.

"Embora existam elementos que demonstrem a atuação por parte da empresa de Mauro Marcondes, no que se refere à prorrogação de benefícios fiscais às empresas CAO A e MMC, não há evidências apropriadas e nem sequer minimamente aptas a demonstrar a existência de ajuste ilícito entre os réus para fins de repasse de valores e m favor de Lula e Gilberto Carvalho", afirmou o juiz.

Este era o processo contra Lula que estava em situação mais avançada após a anulação de sentenças expedidas contra o ex-presidente no Paraná, por ordem do STF (Supremo Tribunal Federal), em março deste ano.

A medida livrou o ex-presidente da Lei da Ficha Limpa, devolvendo seus direitos políticos.

No caso da **Operação Zelotes**, o ex-presidente Lula já havia prestado depoimento no início de 2020, no qual negou as acusações e criticou o delator Antonio Palocci, seu ex-ministro da Fazenda.

Em nota, a defesa do petista afirmou que o ex-presidente jamais cometeu qualquer crime antes, durante ou depois de exercer a Presidência.

"A sentença proferida hoje para absolver o ex-presidente Lula reforça que o expresidente foi vítima de uma série de acusações infundadas e com motivação política, em clara prática de lawfare [perseguição], tal como sempre sustentamos." A defesa de Gilberto Carvalho, que também foi ministro no governo de Dilma Rousseff (PT), afirmou que o desfecho chancela o que os advogados sempre sustentaram. "Não existiu qualquer ato ilícito na conduta de Gilberto Carvalho, que sempre agiu na mais estrita legalidade e na proteção do interesse público." Lula ainda é réu em outro processo derivado da Zelotes, que trata da compra de caças pelo governo brasileiro. Nessa outra ação, também é réu o filho mais novo do ex-presidente, Luís Cláudio.

Quatro processos abertos após denúncia da força-tarefa da Lava Jato no Paraná, incluindo os dois que já tinham sido sentenciados, foram enviados ao DF porque o Supremo entendeu que não havia relação

exclusivamente com a Petrobras.

Por causa de uma das sentenças que acabaram anuladas em março, Lula ficou preso por um ano e sete meses, entre 2018 e 2019.

A condenação, por condenação por corrupção passiva e lavagem de dinheiro, foi no caso do triplex de Guarujá (SP). Ele só deixou a cadeia quando o Supremo decidiu barrar a possibilidade de prisão de réus que ainda possuíam recursos pendentes contra suas condenações.

Também acabou impedido de disputar a eleição presidencial de 2018 em decorrência da Lei da Ficha Limpa.

O Supremo, porém, decidiu neste ano que o então juiz Sérgio Moro agiu de maneira parcial à frente desse processo criminal.

O ex-presidente também permanece réu em uma ação penal na Justiça Federal em São Paulo, que trata de negócios de uma construtora em Guiné Equatorial, na África.

"A sentença [...] reforça que o ex-presidente foi vítima de uma série de acusações infundadas e com motivação política" Defesa de Lula em nota

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=495>

66

Para isentar IR até R\$ 2,4 mil, governo quer taxar ganhos com dividendos



Mudança. Ideia era elevar alíquota em 15%, mas Guedes quer alíquota de 20%, com faixa de isenção de R\$ 20 mil por mês

Adriana Fernandes / BRASÍLIA O ministro da Economia, Paulo Guedes, decidiu propor a volta da tributação do Imposto de Renda sobre a distribuição de lucro e dividendos com uma alíquota de 20%.

Isenta da cobrança do imposto desde 1996, essa distribuição representa a forma como as empresas remuneram seus acionistas em contrapartida ao capital investido.

A arrecadação com o retorno da tributação - um tema econômico que ganhou o debate eleitoral em 2018 - vai financiar um aumento em torno de 26% da faixa de isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), que deve subir dos atuais R\$ 1,9 mil para R\$ 2,4 mil, conforme antecipou no sábado a Coluna do Estadão.

A correção da faixa de isenção - "congelada" desde 2015 - é uma promessa de campanha do presidente Jair Bolsonaro e é vista, neste momento, como uma medida para aumentar o apoio da classe média, às vésperas das eleições de 2022. As medidas precisam ser aprovadas este ano para entrarem em vigor no ano que vem. No Congresso, o limite poderia subir para R\$ 3 mil, adiantam aliados do governo, devido ao apelo popular da medida (veja quadro ao lado sobre o impacto da mudança).

Cálculos feitos pelo tributarista Eduardo Fleury, do escritório FCR Law Advogados, mostram que o reajuste do limite de isenção para R\$ 2,4 mil, se aplicado a todas as faixas do IRPF (beneficiando todos os contribuintes), resultaria numa perda de arrecadação de aproximadamente R\$ 26 bilhões. A conta foi feita com dados mais recentes da **Receita Federal**, de 2018.

Especialista em tributação, o economista Sergio Gobetti prevê uma perda de pelo menos R\$ 25

bilhões, podendo chegar a R\$ 30 bilhões. Os cálculos são difíceis de serem feitos porque não se tem detalhes se haverá outros arranjos no IRPF que podem ter impacto na conta. "É uma estimativa prévia sem os microdados, apenas com dados por faixa de salário mínimo", explica Gobetti.

A proposta inicial da equipe econômica era taxar a conta de lucros e dividendos no IR paga pelas pessoas físicas com uma alíquota de 15%, mas Guedes considera melhor subir a alíquota para 20%, com uma faixa de isenção para essa tributação de R\$ 20 mil por mês.

Para Fleury, o ideal para que o sistema seja eficiente e gere novos negócios é permitir que a distribuição de lucros para outras empresas seja também isenta.

"A distribuição de lucros entre as empresas tem de manter a isenção, como também para o exterior", recomenda ele. "Se for cobrar a alíquota de 20% para o exterior, a medida será absolutamente ineficaz", acrescenta.

O consultor do Congresso Pedro Fernando Nery chama a atenção para uma consequência da correção da faixa de isenção: "Como aumenta a isenção até R\$ 2,4 mil, vai beneficiar servidores que ganham mais (porque não são pessoas jurídicas e não são afetados por lucros e dividendos).

A parte isenta do salário aumenta", diz Nery, que calcula que um servidor com salário no teto remuneratório (R\$ 39,2 mil por mês) teria um ganho na remuneração líquida de R\$ 1,5 mil por ano.

Empresas. O governo também vai reduzir de 25% para 20% a alíquota de Imposto de Renda das empresas. A ideia é fazer essa redução em dois anos (2,5 pontos a cada ano), mas setores empresariais já pressionam para que a queda da alíquota ocorra de uma única vez.

Bolsonaro ainda precisa bater o martelo. A minuta do projeto está sob o exame do Palácio do Planalto, que costuma fazer mudanças de última hora. O presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), que quer tocar a **reforma tributária** (o projeto do IR é uma etapa da proposta que ficou com os deputados) "agendou" para amanhã o envio do projeto.

Fonte da equipe econômica informou que a equação também prevê a necessidade do fim do chamado Juros sobre Capital Próprio, outro instrumento que as empresas têm para remunerar os seus investidores. A medida também é vista como necessária para cobrir o "rombo" na arrecadação com o aumento da faixa de isenção do IRPF.

"Bastante inoportuno. Não é hora de dificultar ainda mais a atração de investimentos, o que certamente ocorrerá com o fim de JCP", criticou o tributarista Luiz Bichara. Segundo ele, independentemente da necessidade de se repensar de forma inteligente a reforma da tributação sobre a renda (e não somente sobre o consumo), o momento seria ruim para essa discussão.

"Os contribuintes precisam de estímulo, não de obstáculos."

O QUE MUDA NO IMPOSTO DE RENDA

I Pessoa física O governo deve aumentar a faixa de isenção de R\$ 1,9 mil para cerca de R\$ 2,4 mil. Todos os contribuintes, até quem ganha mais de R\$ 2,4 mil, são beneficiados.

As alíquotas não são cobradas integralmente sobre os rendimentos. Quem ganha R\$ 4 mil por mês, por exemplo, não paga 22,5% sobre toda a parte tributável do salário.

Hoje, os "primeiros" R\$ 1.903,98 são isentos. É esse valor que deve subir para R\$ 2,4 mil.

I Empresas A alíquota do IRPJ vai cair de 25% para 20%. Haverá um escalonamento de dois anos: 2,5 pontos no primeiro e a outra metade no segundo ano. A alíquota da CSLL, que também incide sobre o lucro, de 9%, não será alterada.

I Lucros e dividendos A distribuição de lucros e dividendos, remuneração que os acionistas recebem pelo capital investido na empresa, não é tributada desde 1996. A proposta fixa uma alíquota de 20% e define uma faixa de isenção de R\$ 20 mil por mês (ou seja, até esse valor, o investidor não pagará imposto). Hoje, as companhias de capital aberto (com ações na Bolsa), são obrigadas a distribuir pelo menos 25% do seu lucro líquido.

I Juros sobre Capital Próprio É uma forma de as empresas remunerarem seus investidores que pode ser abatida como despesa fazendo a empresa pagar menos IR. A ideia é acabar com esse mecanismo. Assim como os dividendos, os juros sobre capital próprio nada mais são que a distribuição dos lucros de

uma empresa de capital aberto (que tem ações na Bolsa) aos seus acionistas.

No entanto, neste caso existe a cobrança de 15% de Imposto de Renda sobre esse valor. Esse imposto é retido na fonte, ou seja, recolhido à **Receita Federal** antes de ser distribuído.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Supremo analisará taxação de remessas ao exterior

Bárbara Pombo De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186924

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186924

"Com Bolsonaro e Lula, não acredito em terceira via"

EVANDROÉBOLIE THIAGO BRONZATTO
opais@oglobo.com.br BRASÍLIA

ENTREVISTA: Arthur Lira / presidente da câmara dos deputados Aliado do Planalto nega demora do governo na compra de vacinas, critica trabalho da CPI instalada no Senado e diz que não vê espaço fora da polarização em 2022

Incomodado com o trabalho da CPI da Covid no Congresso, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), defende que não houve atraso na compra de vacinas da Pfizer. Caso o governo Bolsonaro tivesse adquirido os imunizantes antes, diz Lira, "não teria resolvido o problema da pandemia". O parlamentar lamenta as mais de 500 mil mortes por Covid-19 no Brasil, mas alega que essa tragédia não é motivo para instaurar um processo de impeachment contra o presidente da República. De acordo com Lira, falta uma circunstância política. O presidente da Câmara ainda afirma que a reforma administrativa deverá ser votada neste ano, mas promete que o texto final não vai afetar a vida dos atuais **servidores públicos**. Sobre a disputa eleitoral em 2022, com Bolsonaro e Lula no páreo, ele não acredita na possibilidade de uma terceira via.

-

A CPI da Covid no Senado tem ganhado protagonismo na agenda do Congresso. Qual a sua opinião sobre o trabalho da comissão?

Neste momento, a CPI é um erro. A guerra está no meio. Como é que você vai apurar crime de guerra no meio da guerra? Como vai dizer qual é o certo? Até dois meses atrás, o Chile era a nossa referência. Como está hoje? Por que está desse jeito se já vacinou 60%, 70%? No combate à pandemia, não tem receita de bolo pronta. Você não sabe qual variante (predomina), se fica ou sai de lockdown. A CPI polarizou politicamente e não vai trazer efeito algum, a não ser que pegue alguma coisa.

O senhor não acredita que a CPI esteja apontando caminhos importantes?

Não. Participei das conversas com a Pfizer; numa reunião em fevereiro com o Rodrigo Pacheco, o (Paulo) Guedes, o general (Luiz Eduardo) Ramos e o

presidente Bolsonaro. Naquela época, não tinha autorização da Anvisa e achavam que o contrato era leonino. O que dissemos? Se tem dinheiro, se tem empenho, se o mundo todo está assinando esse contrato... Então, faça. Do dia em que a Pfizer propôs ao dia em que o governo fez (o contrato), se não errei as contas, alteraria em três milhões de doses (a mais). É muita dose. Ajudaria muita gente. Mas resolveria o problema da pandemia?

Mas a Pfizer já vinha negociando com o governo desde agosto...

Mas onde ela fechou em agosto, fora nos Estados Unidos e em Israel? Tinha 500 mil doses num canto, 100 mil doses em outro. Não tinha nada grande. Israel tem quantos habitantes? Seis milhões? Um país riquíssimo, com todas as proteções. Num país como Portugal, três milhões de doses vacinam 30% da população. Três milhões de doses no Brasil não vacinam Alagoas.

Mesmo assim seria importante salvar vidas.

Não estou dizendo que não é (importante). Estou dizendo que não é a salvação da pandemia. Qualquer vida é importante. Salvar uma vida é bom demais. Agora, não sou governo. A minha atuação nisso foi fazer com que assinassem.

Há condições de abrir processo de impeachment contra o presidente?

Não é por aí. A minha função no impeachment é de neutralidade. Não sou eu que faço o impeachment. Você quer dizer que o presidente Bolsonaro não tem voto na Câmara para segurar um pedido de impeachment? Que ele não tem base de apoio popular para se contrapor a um pedido de impeachment? Então, o que é que estão querendo? Que eu desorganize o país, que eu comece uma conflagração de 122 votos que querem contra 347 que não querem? Vocês querem testar? O que a população quer é testar? Acha que é o caminho? Vamos testar. O que eu estou dizendo é que o impeachment é feito com circunstâncias, com uma política fiscal desorganizada, uma política econômica troncha. O impeachment é político.

E as 500 mil mortes por Covid não seriam uma

justificativa?

499 mil (mortes) seriam. 501 mil seriam. Uma seria. A questão é sobre se tem (circunstâncias). Tem? Ou é uma parte que está pedindo? Vai resolver o quê? E o (vice-presidente Hamilton) Mourão que vai resolver? O que é que vamos fazer com o impeachment? Impeachment tem várias circunstâncias, e venho dizendo isso muito claramente. O (ex-presidente Michel) **Temer** tinha apenas 3% de aprovação popular, com o Janot (Rodrigo Janot, ex-procurador-geral da República) todo o dia disparando uma flecha. E passou por dois pedidos negados na Câmara. Lula teve o mensalão e não teve pedido de impeachment, com um rebanho de gente pedindo. Fernando Henrique teve. Rodrigo Maia, claramente de oposição a Bolsonaro, teve 67 pedidos de impeachment nagaveta. Pautou um? Por quê?

O que falta então para tocar o impeachment?

Falta circunstância. Falta um conjunto de coisas. Enquanto a economia tiver em crescimento... Veja bem, não estou faltando com respeito a nenhuma vítima. 499 mil, 501 mil, são todas significativas como uma vida. Pelo amor de Deus! O que estou dizendo é que o impeachment não é feito só disso.

Quais são seus compromissos de pauta de votação?

Tocando as reformas, a administrativa e a tributária. Fizemos a autonomia do Banco Central. Compromisso de votar as privatizações. Quando me candidatei, fui a sei s frentes, das mulheres, ruralistas, anticorrupção. E hoje essas matérias estão vindo.

Mas as reformas administrativa e tributária, não.

Mas tudo a seu tempo. Todo mundo ficou pacientemente esperando o relatório (da tributária) por dois anos. O Aguinaldo (Aguinaldo Ribeiro, relator) ficou dois anos, e ninguém via uma linha do relatório dele.

E sobre a reforma administrativa?

Passou na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça). Foi uma batalha. Criamos a comissão, abrimos para a participação de todos os partidos, mesmo aqueles que não têm direito regimental. Tem aversão de que vai acabar com a educação, acabar com o funcionalismo. Não vai mexer em um centímetro de direito adquirido, tenho dito isso. Não vamos permitir nada da promulgação para trás. Agora, da promulgação para a frente, é nossa obrigação fazer um Estado mais ágil, mais moderno.

Como o senhor avalia a disputa presidencial em 2022

com Lula no páreo?

Lula é um player importante. Presidente duas vezes. O que eu não acredito é em terceira via. Não tem condição. No Brasil, nunca houve isso. Ao menos depois da volta do voto para presidente. Foi Collor e Lula (em 1989), depois anos de Lula contra o PSDB e a Dilma também (contra o PSDB). E, em 2018, o Bolsonaro substitui o PSDB na disputa com o PT. O PT está sempre lá. Porque não estaria nessa?

Na semana passada, a Câmara aprovou a Lei de Improbidade. Qual a opinião do senhor?

Uma lei que vem num momento correto. Não tem essa história de que fui beneficiado. Foi escolhido um relator do PT (Ricardo Zarattini). E foi aprovada com 408 votos no plenário. Tem que mudar. A atual lei está errada. A lei foi feita depois do impeachment do Collor (em 1992), coisa analógica. Hoje, a Polícia Federal tem 800 instrumentos para fiscalizar, o Ministério Público outros 500. É tudo digitalizado.

"Neste momento, a CPI é um erro. A guerra está no meio. Como é que você vai apurar crime de guerra no meio da guerra? Como vai dizer qual é o certo?"

"Falta circunstância (para o impeachment).

Falta um conjunto de coisas.

Enquanto a economia estiver em crescimento..."

"Do dia em que a Pfizer propôs ao dia em que o governo fez (o contrato), alteraria em três milhões de doses (a mais). Resolveria o problema da pandemia?"

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Oito projetos prioritários do governo continuam travados

Thiago Resende e Bernardo Caram *brasil*

O governo conseguiu aprovar a medida provisória que abre caminho para a privatização da Eletrobras, mas propostas consideradas prioritárias no início do ano ainda não foram destravadas, apesar da ampliação da base governista no Congresso, que está sob comando de aliados do presidente Jair Bolsonaro.

Em fevereiro, foram eleitos, com apoio de Bolsonaro, os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG). Logo depois, o governo enviou a eles uma lista com as pautas consideradas mais importantes.

De 17 projetos econômicos, 8 seguem travados. Ainda não foram votados pelo plenário de nenhuma das Casas.

Entre eles, estão as medidas estruturantes colocadas como pilares da gestão do ministro Paulo Guedes (Economia). Ainda não há previsão para votação da reforma administrativa (que muda regras no funcionalismo público). A tributária, por sua vez, não avançou e aguarda o envio de propostas pelo governo.

Também está travada a criação da BR do Mar, que busca reduzir a dependência do transporte rodoviário no país e ampliar a navegação entre portos nacionais (cabotagem).

Três propostas ainda dependem do aval de uma das Casas.

Seis itens da lista já foram aprovados, como a nova lei do gás e a que concede autonomia ao Banco Central.

Procurado, o Ministério da Economia não quis comentar o desempenho da agenda econômica no Congresso.

Reservadamente, auxiliares de Guedes afirmam que certas pautas prioritárias enfrentam dificuldades mesmo com a presença de aliados do governo no comando do Congresso. É o caso das novas regras para ferrovias. Interlocutores do ministro dizem que o projeto é alvo de forte lobby, que trava as negociações.

Um membro da pasta inclui as mudanças de normas

ambientais na lista de projetos considerados de difícil aprovação. O texto, que flexibiliza as regras de licenciamento ambiental, foi aprovado pela Câmara em maio, mas enfrenta resistência no Senado.

Líderes governistas afirmam que a pauta de votações no Senado ficou emperrada desde que foi instalada a CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) da Covid, no fim de abril. Por isso, as votações têm focado MPs, que perdem validade se não forem aprovadas dentro do prazo.

A **reforma tributária**, que estava em estágio avançado na Câmara, empacou. Por articulação do governo, a proposta encabeçada por líderes partidários ligados ao ex-presidente da Casa Rodrigo Maia (DEM-RJ) foi praticamente enterrada.

Há quase um ano e meio, o ministro Paulo Guedes (Economia) prometeu enviar a proposta dele ao Congresso em uma ou duas semanas. Até hoje, porém, só um projeto -de um total de cinco ou seis- foi apresentado.

A proposta que já está na Câmara unifica PIS e Cofins num novo tributo, a CBS. O texto, no entanto, nem sequer tem indicação de quem será o relator. Lira aguarda o envio dos demais projetos da **reforma tributária** de Guedes para destravar essa agenda.

Aliados de Guedes no Congresso chegaram a sondar o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP- PB) para relatar a criação da CBS. Ribeiro recusou. Ele foi relator da PEC (proposta de emenda à Constituição) do grupo de Maia e que desagradava a equipe econômica.

A expectativa agora é que a segunda fase da proposta de **reforma tributária** chegue ao Congresso até esta quarta-feira (23). O texto deve tratar das mudanças no Imposto de Renda para pessoa física, jurídica e nos dividendos de empresas.

Nessa área, Guedes já reconhece que não será possível fazer uma reforma ampla. A equipe do ministro deve deixar de lado uma ampla desoneração de encargos trabalhistas e outras mudanças mais radicais no sistema tributário para focar medidas de simplificação e ajustes mais tímidos de alíquotas.

Na reforma administrativa, o governo enfrentou

dificuldade logo na primeira sessão da comissão especial da Câmara. Membros de partidos aliados a Bolsonaro são ligados a corporações do funcionalismo público, como o líder da bancada da segurança pública, deputado Capitão Augusto (PD SP).

Em 22 de fevereiro, Lira estimou que a reforma administrativa seria votada no plenário da Casa antes do fim do primeiro trimestre. No dia 10 de maio, afirmou que sua intenção era enviar o texto para o Senado até julho.

O relator da PEC, deputado Arthur Maia (DEM-BA), quer concluir o parecer até o fim de agosto. Mas a pressão da base bolsonarista ameaça empurrar a reforma administrativa só para 2023.

Em relação à BR do Mar, o projeto foi aprovado pela Câmara no fim do ano passado. O plano é flexibilizar as regras para a navegação entre portos nacionais e aumentar a frota de embarcações no país.

Mas falta passar pelo Senado, onde a proposta deverá ser modificada pelo relator, Nelsinho Trad (PSD-MS). Com isso, o texto ainda deverá voltar para a Câmara depois que o governo conseguir reduzir as resistências a ele no Senado.

Em evento promovido pela Abras (Associação Brasileira de Supermercados), Guedes voltou a defender na quinta (17) a aprovação de marcos regulatórios, como o de ferrovias e de cabotagem, para melhorar a logística e o escoamento da produção brasileira. Ainda não há previsão de votação dessas propostas.

Outro projeto do ministro é a mudança no regime de exploração de petróleo. Desde o fim de 2019, após um megaleilão frustrado, o ministro defende a licitação com concessão nos blocos em que esse regime for mais vantajoso para o Brasil e instituir a disputa em igualdade de condições nas licitações de partilha da produção.

Mas a proposta, de autoria do senador José Serra (PSDB-SP), está parada, apesar de no ano passado o Ministério da Economia ter enviado um ofício ao Senado pedindo celeridade.

Guedes também tem dificuldade para destravar a proposta de cortar salário acima do teto do funcionalismo (R\$ 39,3 mil). O projeto está pronto para votação no plenário da Câmara, mas enfrenta forte lobby de servidores, especialmente do Judiciário.

No Congresso, líderes governistas admitem que a janela para aprovar medidas de grande impacto na economia fica aberta até o início de 2022, ano

eleitoral. Por isso, consideram o segundo semestre fundamental para o andamento da agenda governista.

Membros do Ministério da Economia dizem que a aprovação de toda a lista de projetos prioritários "fecharia o governo com chave de ouro", sob a visão liberal de Guedes. No entanto, reconhecem que o prazo é curto e que parte das medidas deve ficar pelo caminho.

Projeto exige que empresa pague dívida com a União antes de aumentar tarifa

Proposta do deputado Elias Vaz (PSB-GO) foi protocolada na quinta-feira (17). Ele decidiu redigir o texto após levantamento de dívidas ativas de concessionárias de serviços públicos com a União. Os dados foram obtidos na PGFN (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional). A medida poderá ser aplicada a companhias aéreas, de telefonia, energia elétrica, gás e rodovias, entre outras.

No projeto, Vaz citou especificamente a situação tributária das quatro maiores operadoras de telefonia e internet do país: Claro,

Vivo, TIM e Oi. Juntas, as companhias têm R\$ 6 bilhões em débitos inscritos na dívida ativa da União.

Projetos prioritários

PROPOSTAS APROVADAS PELO CONGRESSO

Nova lei do gás

Projeto que previne o superendividamento

Autonomia do Banco Central

Marco legal das startups

PEC Emergencial

MP que abre caminho para privatizar Eletrobras

PROJETOS QUE DEPENDEM DO AVAL DE UMA DAS CASAS

Marco legal do câmbio

Licenciamento ambiental

Modernização do setor elétrico

PROPOSTAS QUE NÃO AVANÇARAM EM 2021

Criação da BR do Mar (cabotagem)

Reforma tributária

Reforma administrativa

Alteração do regime de partilha para exploração do petróleo

Novas regras em ferrovias

Corte de salário acima do teto do funcionalismo

Debêntures de infraestrutura

Depósitos voluntários

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=495>

66

Indústria e serviços travam disputa para reduzir cobrança de tributos

A fala do ministro da Economia, Paulo Guedes, acenando com a possibilidade de a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) - o tributo proposto pelo governo para substituir PIS e Cofins - ter uma alíquota mais alta para a indústria do que para serviços e comércio jogou lenha na fogueira da disputa para ver quem vai pagar menos imposto na proposta de **reforma tributária** em negociação no Congresso.

Os ânimos estão mais acirrados porque o presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas- AL), sinalizou na semana passada que quer tocar a votação do texto mais rapidamente e em conjunto com o projeto que trata de uma reformulação do Imposto de Renda - que deverá ser enviado ao Congresso nos próximos dias.

A CBS é um tributo proposto por Guedes nos moldes do Imposto sobre Valor Agregado (IVA).

O projeto foi enviado pelo governo no final do ano passado com uma alíquota única de 12%. Tanto indústria como serviços acham que o valor está alto e que pagam mais do que outro, alimentando uma disputa histórica. Ninguém quer ser surpreendido na Câmara. Resultado: a articulação política com os deputados se intensificou nos últimos dias.

Guedes também tem se reunido, nas últimas semanas, com empresários para sentir o termômetro da reforma e ainda para buscar apoio ao programa que cria o Bônus de Inclusão Produtiva (BIP) e o Bônus de Incentivo à Qualificação (BIQ), com pagamento de R\$ 600 por mês a jovens e trabalhadores informais.

Metade desse valor seria financiada pelas empresas, enquanto a outra metade o ministro quer pagar em conjunto com o Sistema S para treinar 2 milhões de trabalhadores.

O presidente da Central Brasileira de Serviços (Cebrasse), João Diniz, disse que a CBS, com a unificação do PIS e Cofins, é um tributo que pega em cheio o setor e a alíquota de 12% significaria um aumento muito grande de carga tributária. "Vai significar quebradeira. O setor de serviços não aguenta mais esse tipo de jogo que vem sendo jogado, com a conta estourando no nosso colo".

Para o presidente da Confederação Nacional de

Serviços (CNS), Luigi Nese, a tramitação da CBS não pode andar sem uma definição sobre a desoneração da folha de pagamentos, ou seja, redução dos encargos que as empresas pagam sobre os salários dos funcionários - proposta que perdeu força nos debates recentes. Segundo Nese, o setor defende a desoneração da folha de pagamentos com a recriação da CPMF e também o programa de treinamento. No encontro com Guedes, o ministro explicou os planos de chamar o Sistema S para colaborar com a proposta. "O sistema S tem de trabalhar para treinar pessoas, e não para fazer prédios", criticou Nese.

Já o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Andrade, rebateu o setor de serviços e disse que a indústria é quem mais paga, segundo ele, na contramão do que acontece nos Estados Unidos, Europa e Ásia. A CNI não concorda com a alíquota maior para indústria da CBS. "A CNI é a favor de uma reforma ampla, que dê mais segurança jurídica e crie mais equilíbrio na economia", disse. Segundo ele, a indústria paga 32% dos **impostos** federais e 41% dos estaduais. "É um absurdo", afirmou, acrescentando que é mais fácil cobrar os **tributos** da indústria. E que esse quadro beneficia mais a camada mais rica que consome mais serviços.

I Encargo

12% é a alíquota proposta inicialmente pela equipe econômica para a nova Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que vai substituir o PIS e a Cofins.

3 PERGUNTAS PARA...

Fernando Pimentel, presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit)

1.O ministro da Economia acenou com duas alíquotas para a CBS, uma para indústria e outra mais baixa para serviços. Como o setor vê isso?

Pessimamente. É legítimo que o setor faça as suas demandas.

Temos cálculos mostrando que no passado a indústria tinha de pagar mais.

Perpetuar o erro e depois dizer que a indústria é chorona, protecionista... Não é nada disso. Faz parte

da disputa democrática e temos de ter a capacidade de mostrar com contas e números. Estamos mostrando. A indústria paga mais. Isso é latente, é claro.

2.O que vocês estão defendendo?

Não queremos que a indústria pague mais. Se é 12%, é 12%. Certo. Se começar a abrir a caixa de discricionariedade, o que vai acabar tendo...

todo mundo vai querer ficar na exceção. Vai faltar bote para tanto naufrago. Um modelo de imposto que seja o mais equitativo possível. Está claro na mandala do custo Brasil que um dos entraves maiores que carregam o ônus é a parte tributária. Olha o tamanho do contencioso tributário e julgamento recente do ICMS na base de cálculo do PIS/Cofins. Vem aí o ISS. É um sistema em que não se sabe se o que se paga está certo ou se vai ser contestado. Do jeito que está, não está bom.

3.A reforma sai ainda este ano?

Não, se as pessoas acharem que mais uma vez não é possível conciliar. O Brasil também tem uma procrastinação exacerbada de temas que geram conflitos. Então, vamos continuar nos arrastando com taxas de crescimento ridículas. Não vamos continuar conseguindo viver por muito tempo com esse sistema alucinado, em que ninguém sabe muito bem quanto está pagando.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Equipe econômica quer isenção para dividendos de até R\$ 20 mil por mês

Fabio Graner e Fabio Murakawa De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186924?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186924?page=1§ion=1

Ricos na AL precisam pagar 'muito mais' imposto, diz FMI

Michael Stott Financial Times

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186924?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186924?page=1§ion=1

O recuo do empreendedorismo brasileiro (2)

» **CARLOS MELLES**

O empreendedorismo sempre é visto como uma opção de geração de renda em períodos de crise. Com a chegada da pandemia do coronavírus no Brasil, milhões de brasileiros escolheram esse caminho para sobreviver. Em 2020, o país registrou mais de 2,6 milhões de novos microempreendedores individuais (MEI), a maior marca dos últimos cinco anos, mas isso não foi suficiente para segurar a taxa de empreendedorismo no nosso país. A crise atingiu vorazmente negócios que já estavam estabelecidos.

O relatório da Global Entrepreneurship Monitor (GEM) 2020, realizado no Brasil pelo Sebrae em parceria com o Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade (IBPQ), que é considerada a maior pesquisa de empreendedorismo do mundo, nos apresentou um reflexo mais forte do que esperávamos. As pesquisas de impacto da pandemia que temos realizado há mais de um ano, em parceria com a FGV, já demonstravam que o faturamento estava em queda, em alguns casos chegando até 70%, e as empresas com grandes dificuldades de se manterem abertas. A GEM nos apresentou um reflexo ainda pior.

Em 2020, a taxa de empreendedorismo total no Brasil caiu 20% e atingiu o menor patamar dos últimos oito anos, motivada, principalmente, pela saída de empreendedores mais antigos e experientes do mundo dos negócios. Apesar da taxa de empreendedorismo inicial, aquela que mede os negócios com até 3,5 anos, ter apresentado um ligeiro aumento passando de 23,3% para 23,4% e atingindo a maior taxa histórica da série que teve início em 2002, a forte redução na quantidade de empreendedores estabelecidos, os que empreendem há mais de 3,5 anos, derrubou a taxa total, ao passar de 16,2% para 8,7%, uma redução de quase 50%. Ao fim, o número de empreendedores estabelecidos ficou abaixo do registrado em 2004.

A queda nos empreendedores estabelecidos ocorreu em todo o mundo, mas, no Brasil ela foi mais forte e fez com que o país fosse o detentor de uma das maiores quedas entre as 46 nações que participaram desse estudo, em 2020. Com essa enorme saída de empreendedores experientes do mercado, caiu a qualidade do empreendedorismo no nosso país, o que traz efeitos deletérios para a nossa economia e para a geração de empregos.

Em 2020, ganhou força o empreendedorismo

individual e por necessidade. De acordo com o relatório da GEM 2020, o número de empreendedores iniciais motivados por necessidade saltou de 37,5% para 50,4%, o mesmo nível de 18 anos atrás, e 82% dos entrevistados alegaram que a motivação para começar um negócio foi a solução encontrada para ganhar a vida porque os empregos estão escassos. Já o empreendedorismo nascente, aquele que tem, no máximo, três meses em operação e inclui quem ainda não abriu mas está fazendo algo para abrir um negócio, cresceu 25% e atingiu o maior patamar da série histórica, com uma taxa de 10,2%. Um grupo que pode ser chamado de filhos da pandemia, aqueles que começaram seu negócio pós pandemia e, em sua maioria, foram para o caminho do empreendedorismo por uma extrema necessidade de obter renda.

Esses resultados nos mostram a necessidade de políticas públicas que amparem os donos de pequenos negócios, que ampliem a oferta de crédito, que reduzam a burocracia e que prorroguem o pagamento de **impostos** ou que até mesmo concedam moratória. Os empreendedores que ainda têm fôlego para lutar bravamente pelas suas empresas não podem ficar desamparados.

Nesse cenário, a importância do Sebrae se firma mais ainda. Pois além de trabalhar para que sejam criadas políticas públicas que deem amparo para 99% das empresas brasileiras, a instituição exerce um papel fundamental na educação e na capacitação desses milhões de empreendedores que nasceram por necessidade em 2020. E desde o início da crise, o Sebrae concentrou esforços para atender esse milhões de novos empreendedores disponibilizando capacitações online e gratuitas e trabalhando por programas de crédito que também atendam esse público.

Presidente do Sebrae

MP é 'onerosa e aleijada', mas melhor que nada, diz ex-secretário de Guedes

Nicola Pamplona *rio de janeiro*

Ex-secretário de Desestatizações e Privatizações do governo Jair Bolsonaro, o empresário Salim Mattar disse nesta segunda (21) que o texto sobre a privatização da Eletrobras aprovado pelo Congresso é "oneroso e aleijado", mas é melhor que nada.

Mattar deixou o governo em agosto de 2020, insatisfeito com o ritmo das privatizações no governo ao qual aderiu a convite do ministro Paulo Guedes (Economia). Após a aprovação da primeira grande privatização do governo, ele lamentou o resultado final

"Infelizmente a Câmara e o Senado descaracterizaram a proposta original enviada pelo governo e a transformaram num projeto oneroso e aleijado", disse, em publicação em uma rede social. "Mas antes disso do que nada", concluiu.

Apesar das críticas sobre os altos custos dos "jabutis" incluídos pelo Congresso no texto original, membros do governo foram às redes sociais comemorar a aprovação. "Governo fazendo história e voando na economia", afirmou o ministro das Comunicações, Fábio Faria.

Derrotada em sua proposta de liberalização do mercado, que chegou a ser incluída pelo Senado mas foi retirada pela Câmara, a Fiesp reforçou críticas sobre a possibilidade de aumento na conta de luz, estimando um custo adicional de R\$ 300 bilhões nos próximos anos.

A emenda do Senado estabelecia um cronograma para que todos os brasileiros pudessem, até 2026, escolher seu fornecedor. Era criticada por distribuidoras de energia e por especialistas, por atrapalhar a reforma do setor em debate no Congresso.

Para a Fiesp, a medida amenizaria os custos adicionais **impostos** pela MP. "Apenas com liberdade de escolha e competição por preço, os consumidores colherão algum efeito positivo deste processo de capitalização da Eletrobras", disse a entidade.

Assim como os partidos de oposição, a Aeel (Associação dos Empregados da Eletrobras) promete ir à Justiça para tentar derrubar a privatização. A associação já foi ao TCU (Tribunal de Contas da

União) questionar a constitucionalidade da MP e agora vai apelar ao Supremo.

A privatização já é alvo de duas ações diretas de inconstitucionalidade no STF, ambas movidas por partidos de oposição ao governo Bolsonaro. As duas questionam a votação em regime de urgência.

A inclusão dos "jabutis" levou antigos defensores da privatização a se posicionar contra o texto aprovado, como a economista Elena Landau, que comandou o programa de privatizações do governo Fernando Henrique Cardoso, e o ex-diretor das agências que regulam os setores de energia e águas Jerson Kelman.

A Abegás (associação de distribuidoras de gás canalizado), por sua vez, comemorou o resultado e afirmou que a contratação de 8 GW de termelétricas a gás natural, item aprovado na MP, "representa um passo fundamental para acelerar a necessária integração entre o setor elétrico e o setor de gás natural".

[AMP] representa um passo fundamental para acelerar a necessária integração entre o setor elétrico e o setor de gás natural

Abegás (associação de distribuidoras de gás canalizado) ao comemorar aprovação da medida provisória

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=495>

66

Pandemia agrava desigualdade na América Latina, afirma ONU

Bernardo Caram *brasil*

A América Latina está presa em uma "armadilha do desenvolvimento" com alta desigualdade de renda e baixo crescimento econômico -problema agora agravado pelos efeitos da pandemia. A conclusão é do Pnud (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), que divulga nesta terça-feira (22) o Relatório Regional de Desenvolvimento Humano para a América Latina e o Caribe.

As soluções, de acordo com o documento, passam por aprimoramentos em políticas sociais, combate à violência e redução da concentração de poder econômico e político.

A chegada da crise sanitária do coronavírus, diz o documento, pesou mais fortemente sobre aqueles que já eram deixados para trás, ampliando as desigualdades ao longo de 2020 e 2021. A perda de renda se deu em maior intensidade sobre os mais pobres, especialmente os informais.

O documento lembra que a América Latina se tornou o epicentro da Covid-19, o que desencadeou crises econômicas e sociais. O aumento da pobreza e da fome se associou a um espaço fiscal limitado, o que dificulta a implementação de medidas pelos governos. Para o Pnud, a reconstrução pode levar muito tempo.

Entre as maiores preocupações, o relatório cita o impacto desigual da crise sanitária sobre estudantes. Há barreiras aos mais pobres, como na dificuldade de acesso a ferramentas tecnológicas em casa e na disparidade na formação dos familiares.

"O nível de escolaridade dos adultos na América Latina ainda é altamente determinado pelo nível de escolaridade dos pais. É provável que a Covid-19 reforce esse padrão ", diz o relatório.

Os países da América Latina observaram uma redução generalizada nos índices de desigualdade entre 2000 e 2010. No caso do Brasil, o órgão da ONU (Organização das Nações Unidas) menciona como fator importante a política de reajuste do salário mínimo.

A partir de 2010, o ritmo de melhora foi perdendo força, chegando a uma estagnação nos últimos anos.

Alguns países do continente reverteram a trajetória e observaram uma piora do índice antes mesmo da chegada da pandemia.

Um dos sintomas apresentados pelo Pnud para a desigualdade no Brasil é a fatia de renda acumulada pela elite. Os 10% mais ricos do país detêm 57% da renda nacional, atrás apenas da concentração observada no Chile e no México em uma avaliação feita com dez países do continente.

A desigualdade tem diferentes camadas que são analisadas pelo Pnud. O órgão menciona, por exemplo, a diferença de oportunidades entre homens e mulheres. No Brasil, elas ganham em média 25% a menos do que homens com características e formação equivalentes.

O documento ainda destaca a discriminação enfrentada por pessoas LGBTQ+ no mercado de trabalho, além de serem mais frequentemente vítimas de violência. O documento ressalta que minorias étnicas continuam a sofrer com falta de reconhecimento e ficam para trás no acesso a serviços básicos.

O relatório afirma que o desempenho econômico da América Latina nas últimas décadas é caracterizado por alta volatilidade e resultado medíocre. O crescimento médio dos países costuma oscilar entre zero e 3% ao ano.

Segundo o órgão, um fator determinante para esses resultados é a baixa produtividade comum aos países latino-americanos.

O relatório traz uma pesquisa que busca compreender o que as pessoas pensam sobre a desigualdade. O argumento é que é importante conhecer a percepção de injustiça porque ela determina as atitudes políticas das sociedades.

No Brasil, por exemplo, 86% das pessoas acham que a distribuição de renda é injusta (a média da América Latina é de 81%). Além disso, 74% dos brasileiros acreditam que são governados por interesses de pequenos e poderosos grupos (média de 77% no continente).

De acordo com o Pnud, a concentração de poder nas

mãos de poucos é um dos fatores que tendem a ampliar a desigualdade e o baixo crescimento. Esses grupos influenciam a elaboração de políticas distorcidas. E, segundo o documento, a América Latina é dominada por um pequeno número de empresas gigantes com alto nível de poder.

"Essa influência é exercida por meio de interferência nas reformas tributárias, de formas que vão desde o bloqueio de aumento de **impostos** para empresas e proprietários de empresas até o comprometimento de recursos fiscais, pressionando por isenções e subsídios para suas operações, o que impede gastos redistributivos", afirma.

Para eliminar essas distorções, o órgão da ONU sugere a revisão das regras de mercado para eliminar o favorecimento de interesses privados, além da promoção do debate sobre como tributar os superricos.

Outro ponto central para a proliferação da desigualdade está na violência. A América Latina abriga 9% da população mundial, mas é responsável por 34% das mortes violentas registradas no mundo.

Na pandemia, um fator se agravou de forma relevante nessa área, diz o documento.

Houve aumento da incidência de violência doméstica.

Para o Pnud, por ser vivenciada de forma desproporcional por pessoas que já se encontram em situação de fragilidade, a violência contribui para perpetuar a privação dessas populações. Além disso, ela deteriora direitos, piora a saúde física e mental, reduz resultados educacionais e limita a participação no mercado de trabalho.

Como forma de enfrentamento do problema, a ONU sugere estabelecer sistemas de Justiça mais efetivos, melhorar estatísticas, promover empoderamento econômico feminino e discutir a descriminalização de substâncias hoje ilícitas.

Outro problema observado no Brasil e países vizinhos é o mercado de trabalho segmentado entre formais e informais. Este último grupo é menos protegido, recebe serviços de qualidade inferior e tem maior dificuldade de melhorar as condições de renda.

O Pnud diz que a pobreza caiu na América Latina principalmente por causa de programas de transferência direta de recursos, e não tanto porque a renda auferida por conta própria pelos mais pobres aumentou.

O órgão afirma que a proteção social aos vulneráveis

é uma das principais ferramentas para mitigar desigualdades e sugere que toda a população exposta a um determinado risco seja coberta pelo mesmo programa, sem fragmentação.

Ricos deveriam pagar muito mais imposto, na região, diz FMI

O principal dirigente do FMI (Fundo Monetário Internacional) para a América Latina instou os governos da região a fazer com que os ricos paguem "muito mais" **impostos**, dizendo que a região mais desigual do planeta não vai se desenvolver a não ser que atenda às demandas por um sistema econômico muito mais justo.

Em entrevista ao Financial Times enquanto se prepara para deixar o posto que ocupou por oito anos, Alejandro Werner, diretor do FMI para o Hemisfério Ocidental, disse que as recentes inquietações sociais na América Latina destacam a necessidade de uma distribuição de renda muito mais igualitária.

O FMI já apelara anteriormente para que as pessoas de alta renda de todo o planeta, que prosperaram com a pandemia, pagassem mais **impostos**, temporariamente, a fim de ajudar os mais prejudicados.

A América Latina sofreu mais do que qualquer outra região, porque o coronavírus exacerbou problemas duradouros de baixo crescimento, alta desigualdade e pobreza.

Werner identificou os **impostos** imobiliários "subutilizados" como um bom ponto de partida para a América Latina. "É preciso adotar um sistema de tributação muito mais progressivo na região sob o qual os segmentos mais abastados da população paguem mais e em seguida criar um sistema econômico no qual a competição seja muito maior do que é hoje", disse.

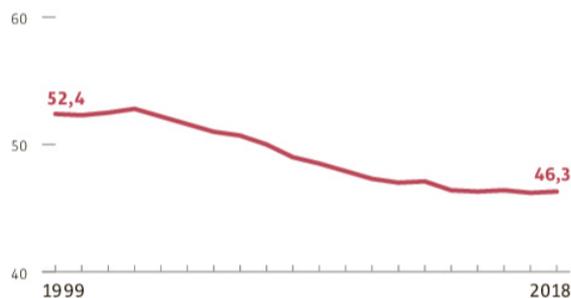
"A América Latina não pode ser a região mais desigual do planeta e ao mesmo tempo avançar para o próximo estágio de desenvolvimento econômico."

Site:

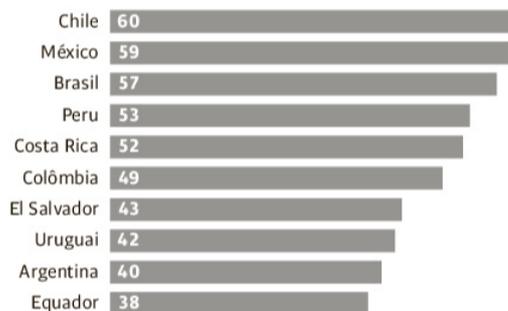
<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49566>

Desigualdade na América Latina parou de cair

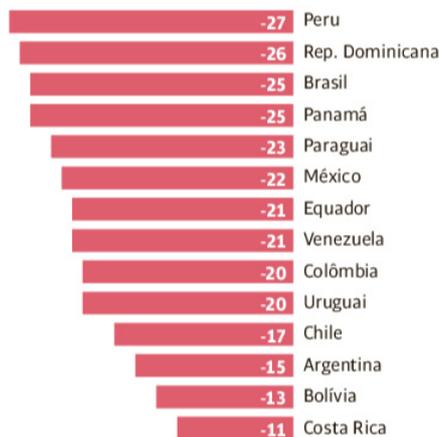
Índice de Gini
 Quanto mais próximo de zero, menor a desigualdade



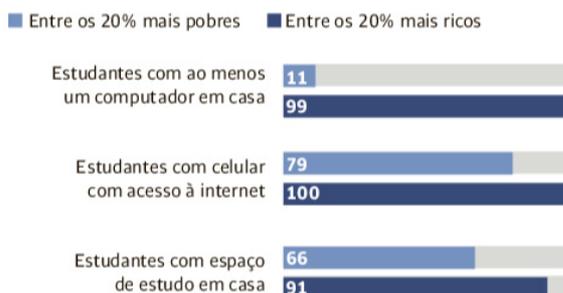
Os 10% mais ricos do Brasil concentram 57% da renda nacional
 Em % em 2020, antes de impostos



Mulheres latino-americanas ganham menos que homens com características equivalentes
 Em %



Estudo em casa é desafiador para mais pobre
 No Brasil, em %



Fonte: Relatório Regional de Desenvolvimento Humano do Pnud

Reformas para o projeto autoritário - MÍRIAM LEITÃO

MÍRIAM LEITÃO

Hoje, o presidente pode nomear seis mil pessoas que não fazem parte do setor público para os cargos em comissão. Com a reforma administrativa, poderá nomear 90 mil. Pessoas estranhas ao serviço público poderão exercer funções estratégicas. O governo poderá pagar o salário de funcionários de empresa privada. Tudo isso para economizar recursos? Não. No próprio texto da exposição de motivos está dito que não haverá impacto fiscal, orçamentário ou financeiro. A reforma administrativa é mais uma das propostas do governo Bolsonaro que serve a seu projeto de poder que, todos sabemos, é autoritário.

O mercado financeiro espera "as reformas" como um fetiche, afirmando que com elas o país retomará o crescimento e vai estabilizar a dívida pública. Balela. A MP da venda da Eletrobras virou um monstro, que custará caro ao consumidor por vários anos, mas tanto para o ministro da Economia, Paulo Guedes, quanto para o mercado financeiro, isso não importa. O ministro quer reduzir um pouco o fiasco que é o seu programa de privatização, e o mercado quer ganhar dinheiro com a operação.

Rudinei Marques, presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado, explica a mágica da multiplicação dos cargos que poderão ser ocupados por decisão única do governante de ocasião:

-A PEC permite um aparelhamento sem precedentes do Estado. Através do que eles chamam de "vínculos de liderança". Hoje a Constituição diz que na administração pública há funções de confiança específica de servidores de carreira e cargos em comissão que podem ser ocupados por pessoas sem vínculos com a administração pública dentro de limites fixados pela lei. Hoje, a União tem 90 mil desses cargos, 70 mil são funções de confiança exercidas exclusivamente por servidores de carreira e os outros 20 mil são cargos em comissão. Desses, seis mil são livre provimento, e 14 mil devem ser ocupados por servidores. Os vínculos de liderança eliminam qualquer restrição a que todos esses cargos sejam de livre indicação política. Então estamos falando de um exército de 90 mil cabos eleitorais.

Esses números são só da União, mas a mesma regra

valerá para o Legislativo, o Ministério Público, o Judiciário. E pode, em cascata, ir para estados e municípios. A reforma é em todos os poderes.

Quando o Coaf foi punido, lembra Rudinei, por ter feito o seu trabalho de revelar as "rachadinhas", foi preciso a atuação dos funcionários para evitar que os cargos na instituição fossem preenchidos por pessoas que não eram servidores de carreira.

Pedro Pontual, que representa a Associação Nacional dos Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental, diz que a PEC permite que sejam transferidos recursos públicos para empresas privadas com fins lucrativos:

- Ela cria um instrumento de cooperação que autoriza pagar os recursos humanos das empresas privadas e também o uso de espaços físicos, fora da figura do aluguel. A PEC não coloca nenhum tipo de restrição a pagar salário a quem já estava na empresa. Isso pode servir para mascarar o gasto de pessoal.

Rodrigo Spada, presidente da Federação Brasileira de Associações Fiscais de **Tributos** Estaduais, alerta que a reforma não propõe algo realmente novo que poderia produzir um salto de eficiência no Estado:

-Essa PEC nada entrega de governo digital, capacitação, qualificação do servidor público, criação de escolas de governo, des-burocratização.

Luciana Dytz, presidente da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos Federais, diz que há mudanças necessárias, mas não estão sendo propostas:

-A gente vem sofrendo com falta de estrutura, mas isso é questão fora da reforma administrativa.

Há vários outros pontos controversos, explicam servidores, ou pontos que parecem avanços e embutem armadilhas. A exposição de motivos, que acompanha a PEC, diz que o "Estado custa muito e entrega pouco".

-O governo se esmerou em mostrar o custo -do qual divergimos - mas não houve qualquer esforço para mostrar que entrega pouco. Temos noção de que o serviço público pode ser melhorado, mas dizer que

"entrega pouco" é suficiente apenas na mesa de bar - diz Pontual.

Este governo atacou órgãos, desmontou a máquina, nomeou inimigos da missão de cada setor. Imagine o que faria sem as amarras da Constituição.

Reforma administrativa permite enorme aparelhamento, nada fala de governo digital, não economiza e aumenta o poder do governante

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Impunidade e paranóia se cruzam e iluminam cena grotesca do presidente

Vera Iaconelli Diretora do Instituto Gerar de Psicanálise, autora de "O Mal-estar na Maternidade" e "Criar Filhos no Século XXI". É doutora em psicologia pela USP

E se pudéssemos falar toda e qualquer coisa na frente dos outros sem nenhum tipo de censura ou prejuízo? Ou melhor, se a ameaça de punição pela falta de decoro ou injúria nunca se cumprisse, trazendo a confirmação, ato após ato, de que somos tratados como reis absolutos? E que, mesmo estando nus frente ao povo, só um louco -ou uma criança sem rabo preso- se atreveria a nos corrigir?

Vontade de dizer tudo o que vem à cabeça todos temos, mas um longo processo chamado educação nos promoveu duas coisas: o desprazer de ter que inibir nosso impulso de fazê-lo e, ao mesmo tempo, o direito de exigir que os outros se contenham também. Não falo tudo o que quero, tampouco sou obrigada a ouvir tudo o que pensam sobre mim.

A brincadeira civilizatória é, então, "segura o seu ódio, que eu seguro o meu e permanecemos ambos no jogo". Nada de bom mocismo ou alma pura, apenas uma forma infinitamente mais promissora de viver em sociedade, sem ter que entrar em paranoia.

Claro, porque quem vive de promover violência e dizer impropérios "perde no atacado o que ganha no varejo", como diz o querido psicanalista Flávio Ferraz. Ou seja, está sempre sob ameaça de receber do outro o próprio veneno.

Tudo isso para pensar no atual presidente e sua incontinência verbal, que se mostrou especialmente forte em plena segunda-feira (21). Afinal, imagina-se que depois de um bom descanso semanal, sendo autodeclarado imune ao novo coronavírus por seu histórico de atleta, não sendo coveiro dos corpos mortos e tampouco tendo algo a ver com o ocorrido, era de se esperar que amanhecesse para suas funções presidenciais cheio de vigor.

O que será que pode ter acontecido? Comoveu-se com as 500 mil mortes que não lhe dizem respeito? Faltou leite condensado no café da manhã presidencial? Colocaram uma ervilha sobre seu colchão?

Ou será que sua história, muito bem descrita no

podcast "Retrato narrado" de Carol Pires, o fez apostar excessivamente na impunidade e arriscar cada vez mais? Lá podemos acompanhar as inúmeras vezes nas quais se safou de deslizes -usando de eufemismo-cometidos dentro do Exército, lugar onde se supunha que a hierarquia e a ordem reinavam.

Outro ingrediente nessa empáfia toda foram os quase 30 anos como deputado federal, legislando em causa própria e homenageando torturadores, premiados com o mais alto cargo público do país.

Então temos dois mecanismos que se cruzam, que iluminam a cena grotesca, na qual Bolsonaro tira a máscara para xingar repórteres, emissoras de TV e até seus assessores nesta segunda-feira.

Um, é a tendência humana de arriscar cada vez mais, aumentando a aposta na impunidade, sempre que se confirma na realidade a fantasia de serem onipotentes. Vemos esse efeito em crianças e adolescentes que não são responsabilizados por seus atos. Conhecemos bem esse mecanismo sendo fomentado na parte da população que nunca paga por seus erros por ser considerada sempre cidadã de bem, leia-se brancos.

E aproveito o assunto para discordar do admirado Janio de Freitas, quando ele passa pano para os jovens flagrados num ato racista. São esses gestos minimizados que revelam e perpetuam o racismo estrutural, cada vez mais ousado, porque impune. A punição violenta e arbitrária, por sua vez, a que estão submetidos negros e pobres, também leva à perda de fé no pacto social. A questão é que devemos responsabilizar os sujeitos de forma justa, sem omissões.

O outro elemento para o descontrole presidencial é, novamente, a paranoia, o medo de receber de volta todo o ódio, violência e destruição que acumulou em sua trajetória. Mecanismo tão bem exemplificado entre as figuras autoritárias da história mundial.

Acontece que neste final de semana todas as capitais brasileiras deram notícias de que os dias de impunidade presidencial correm um sério risco de acabar. E de que meio milhão de mortes, dentre as quais centenas de milhares que poderiam ter sido evitadas, devem voltar para assombrá-lo.

Se depender da maioria do povo brasileiro, Bolsonaro ainda vai gritar muito.

Ataques de Bolsonaro à imprensa

25. abr.2019 "Se for nessa linha, acaba a entrevista" Sobre os ataques de Carlos Bolsonaro ao seu vice, Hamilton Mourão

11.jun.2019 "Está encerrada a entrevista, muito obrigado" Sobre a divulgação de mensagens entre o então ministro Sérgio Moro, enquanto juiz, e o procurador da Lava Jato Deltan Dallagnol

26. jul.2019 "Não vou responder pergunta idiota" Sobre carona dada a familiares em helicóptero da Presidência em casamento de um de seus filhos, em maio daquele ano

30.set.2019 "Imprensa, gosto muito de vocês. Mas tudo é deturpado. Quando fizerem uma matéria real do que aconteceu lá na ONU, eu dou entrevista" Não houve pergunta, ele se recusou a falar com a imprensa antes mesmo das perguntas

4.out.2019 "Não tem coisas boas para perguntar para mim?" Sobre a denúncia pelo Ministério Público Federal contra o então ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio

20.dez.2019 [Diz que repórter tem] "cara de homossexual terrível" [e manda jornalistas ficarem quietos] Sobre busca e apreensão realizada pela PF em endereços do senador Flávio Bolsonaro

14.jan.2020 "O livro é fake news, um livro mentiroso, não vou responder sobre o livro" Sobre o livro "Tormenta", em que a jornalista Thais Oyama diz que o presidente orientou Queiroz a faltarem depoimento

16.jan.2020 "Fora, Folha de S.Paulo, você não tem moral para perguntar. Cala a boca" Questionado sobre o caso Fábio Wajngarten

4. mar.2020 "**PIB?** **PIB?** O que que é **PIB?** Pergunta o que que é **PIB**" Questionado sobre o crescimento de 1,1% do **PIB** em 2019, Bolsonaro ironizou a pergunta, não respondeu e pediu que humorista falasse com repórteres

5. mai.2020 "Cala a boca" Ao ser questionado por repórteres sobre mudanças na Polícia Federal, Bolsonaro mandou os profissionais que lhe perguntaram calarem a boca e atacou a Folha, chamando o jornal de "canalha", "patife" e "mentiroso"

23.ago.2020 "A vontade é encher tua boca com uma

porrada, tá?" Após ser questionado sobre os depósitos feitos pelo ex-policia militar Fabrício Queiroz na conta da primeira-dama, Michelle Bolsonaro

26.abr.2021 "Não tem o que perguntar, não? Deixa de ser idiota" Ao ser indagado pela repórter Driele Veiga, da TV Aratu, afiliada local do SBT, sobre as críticas de que foi alvo após ter posado para uma foto em Manaus com o apresentador Sikêra Júnior, da RedeTV!, e uma placa onde estava escrito "CPF cancelado" que faz referência a pessoas que foram mortas

21.jun.2021 "Cala a boca, vocês são uns canalhas" Após ser lembrado por uma repórter de uma afiliada da TV Globo de que foi multado pelo Governo de São Paulo por não usar máscara

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49566>

"índice de infelicidade" dos brasileiros é o mais alto em cinco anos

Douglas Gavras são paulo

O sentimento de bem-estar do brasileiro, medido pelo "índice de infelicidade" -soma das taxas de **inflação** e de desemprego-, atingiu no primeiro trimestre deste ano o pior patamar em cinco anos.

Nos três primeiros meses de 2021, período em o país passava pela segunda onda da pandemia, o índice atingiu 19,83%, mesmo nível desde o terceiro trimestre de 2016, quando o Brasil enfrentava uma recessão.

O levantamento, feito pelo economista Daniel Duque, do Ibre/FGV (Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas), também aponta que o Brasil aparece na segunda pior posição do ranking de infelicidade, só atrás da Turquia, com 26,28% (quanto mais alto, pior).

O **PIB** (Produto Interno Bruto) tem crescido, mas houve uma grande perda de empregos na pandemia que ainda não foi recuperada, e isso está relativamente distante de acontecer, avalia Duque. "Já a **inflação**, em que pese estar ainda longe dos dois dígitos, também está bem distante da meta no momento."

Há quase um consenso entre os economistas, dadas as dificuldades de recuperação da economia em meio ao avanço da pandemia de Covid-19, de que o resultado do **PIB**, de crescimento de 1,2% no primeiro trimestre, foi mais forte que o de no país.

O avanço da economia no primeiro trimestre zerou as perdas registradas com a pandemia, voltando ao patamar do quarto trimestre de 2019, mas ainda está 3,1% abaixo do ponto mais alto da atividade econômica do país, alcançado no primeiro trimestre de 2014, segundo o IBGE, e a recuperação ainda não é percebida pela maior parte da população.

A taxa de desemprego no país atingiu 14,7% no primeiro trimestre, recorde na série histórica do IBGE, iniciada em 2012. No caso dos preços, a pressão da energia elétrica fez a **inflação** acelerar em maio, pelo IPCA, e o indicador subiu 0,83%. No acumulado de 12 meses, a alta foi de 8,06% (acima do teto, de 5,25% para este ano).

Duque complementa que a alta nos preços das

commodities (os produtos básicos dos quais o Brasil depende em suas exportações) e a falta de apreciação cambial têm levado a um aumento significativo nos preços dos alimentos.

Além do país, o ranking de infelicidade inclui os membros da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico). Entre os 38 listados, as melhores posições ficaram com Japão (2,44%), Suíça (4,41%) e Eslovênia (4,77%).

Na medida do índice de infelicidade, pesam contra os brasileiros tanto os indicadores de desemprego quanto os de **inflação**. No caso da **inflação**, o Brasil ficou na quinta posição entre os piores, atrás de Argentina, Turquia, Rússia e Arábia Saudita.

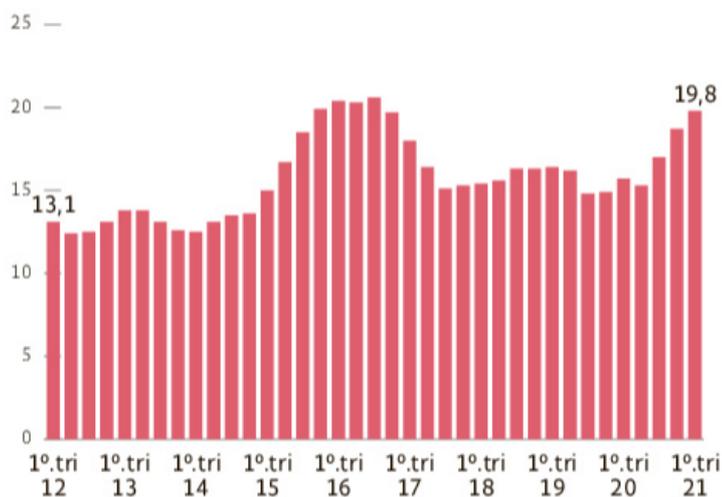
Quando se observam os dados de desemprego, o desempenho do país é ainda mais preocupante, ficando em segundo lugar com a maior taxa de desocupação, atrás apenas da Espanha.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49566>

Mais infelizes

Índice de infelicidade do Brasil, em %



Ranking dos países mais infelizes, em % dos dados do primeiro trimestre

1º	Turquia	26,3
2º	Brasil	19,8
3º	Espanha	16,1
4º	Colômbia	15,6
5º	Grécia*	14,1
6º	Chile	13,4
7º	Islândia	11,6
8º	Itália	11,0
9º	Suécia	10,7
10º	Canadá	9,8
11º	Finlândia	9,0
12º	França	8,7
13º	México	8,4
14º	Eslováquia	8,3
15º	Estados Unidos	8,1
16º	Luxemburgo	7,9
17º	Lituânia	7,7
18º	Letônia	7,6
19º	Hungria	7,6
20º	Estônia	7,6
21º	Portugal	7,2
22º	Austrália	7,1
23º	Áustria	7,0
24º	Noruega*	6,8
25º	Dinamarca	6,7
26º	Nova Zelândia	6,2
27º	Bélgica	6,0
28º	Alemanha	5,9
29º	Polônia	5,8
30º	Reino Unido	5,7
31º	Irlanda	5,6
32º	Coreia do Sul	5,5
33º	República Tcheca	5,4
34º	Holanda	5,3
35º	Israel	5,0
36º	Eslovênia	4,8
37º	Suíça*	4,4

*Dados mais recentes são de 2020; Fonte: Daniel Duque (Ibre/FGV), com

Retomada sem emprego (2)

**Cecília Machado Economista-chefe do Banco BOCOM
BBM e professora da EPGE (Escola Brasileira de
Economia e Finanças) da FGV**

PIB, sozinho, não será suficiente para garantir um crescimento estável e duradouro

Na coluna passada argumentei que o panorama externo favorável trouxe folga para o cenário fiscal já que as coisas que produzimos e exportamos - commodities em sua maioria- tornaram-se mais demandadas, especialmente agora que várias economias avançam na vacinação, reabrem suas economias e estabelecem planos de investimentos em infraestrutura para uma retomada sustentável, além de mais verde e tecnológica.

Mas ainda que o país possa ter ficado mais rico, os ganhos não foram distribuídos para a população. Há, sem dúvidas, ganhadores e perdedores, e um dos principais sinais de uma frágil recuperação vem do mercado de trabalho, que apesar de dar sinais de melhora, o faz de forma lenta e desigual.

A taxa de desocupação, métrica tradicional de desempenho do mercado de trabalho, está em 14,7%. Apesar de ser um recorde histórico desde o início da série, em 2012, o número representa um aumento de apenas 2,5 pontos percentuais em comparação a igual trimestre do ano anterior. Em números absolutos são em torno de 2 milhões de pessoas desocupadas a mais (14,8 milhões no total).

Entretanto, durante a pandemia a taxa de desocupação passou a ser estatística pouco informativa sobre os efeitos devastadores da crise econômica na vida das pessoas, já que muitos trabalhadores ficaram fora da força de trabalho da economia, apesar de serem força de trabalho em potencial. São pessoas que gostariam de trabalhar, mas que ficaram impedidas de procurar ou de assumir postos de trabalho, seja porque não existe emprego, porque o retorno ainda não é seguro, ou porque as escolas ainda não estão totalmente abertas.

Nesta crise, a força de trabalho em potencial aumentou muito mais que a população desempregada, passando de 8,3 para 11,3 milhões. Assim, somando os desempregados à força de trabalho em potencial, temos 26 milhões de trabalhadores subutilizados. Considerando, alternativamente, a população ocupada, passamos de 92,2 para 85,6 milhões de empregos entre os primeiros trimestres de 2020 e

2021, uma perda de 7 milhões de empregos.

O baixo desempenho do mercado de trabalho é evidente, e levanta muitas dúvidas sobre uma recuperação mais robusta da economia. Pela massa de rendimentos reais, houve queda de quase 7% em termos reais entre os primeiros trimestres de 2020 e 2021, apesar do **PIB** real ter crescido 1% em igual período. E a relativa estabilidade do rendimento real do trabalho, em torno de R\$ 2.500, diz pouco sobre a escassez de mão-de-obra, já que mudanças na composição da força de trabalho favorecem, justamente, os trabalhadores de maiores salários.

Os setores que mais cresceram no período -indústria e agricultura- não são os mais intensivos em mão de obra, e o setor de serviços continua sem muitas perspectivas enquanto a vacinação não avança. Na abertura do emprego por setor, os ganhadores e perdedores se revelam: enquanto a ocupação em agricultura e pecuária aumentou em 329 mil postos, o comércio perdeu 1,6 milhão de trabalhadores, as atividades de alojamento e alimentação mais 1,4 milhão, e população de trabalhadores domésticos encolheu outro 1 milhão.

A recuperação econômica sem empregos (jobless recovery) -quando a economia cresce, mas o mercado de trabalho não responde- acontece quando realocações setoriais geram descasamentos entre quem busca e quem oferece trabalho. Em alguns setores, a demanda pode não voltar aos níveis pré-pandemia, resultado direto das mudanças nos padrões de consumo que permanecem mesmo depois da vacinação e reabertura. E reestruturações organizacionais eliminam permanentemente trabalho desnecessário, especialmente em firmas pequenas, criando mudanças estruturais nas oportunidades de emprego.

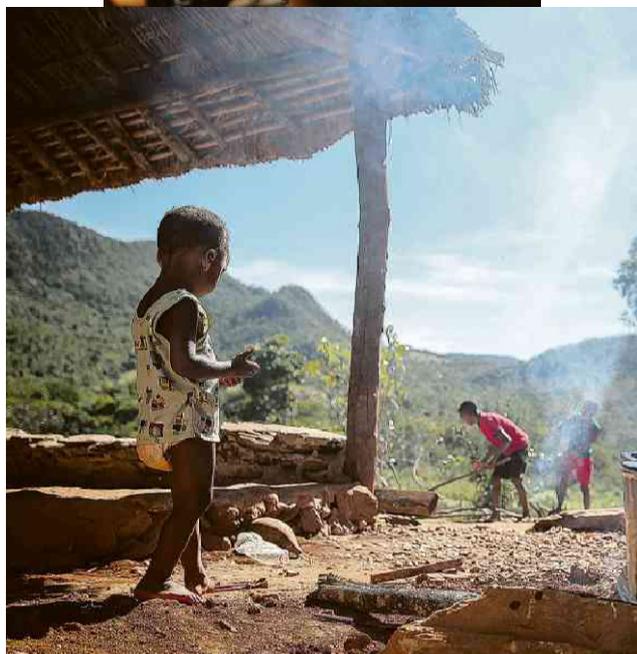
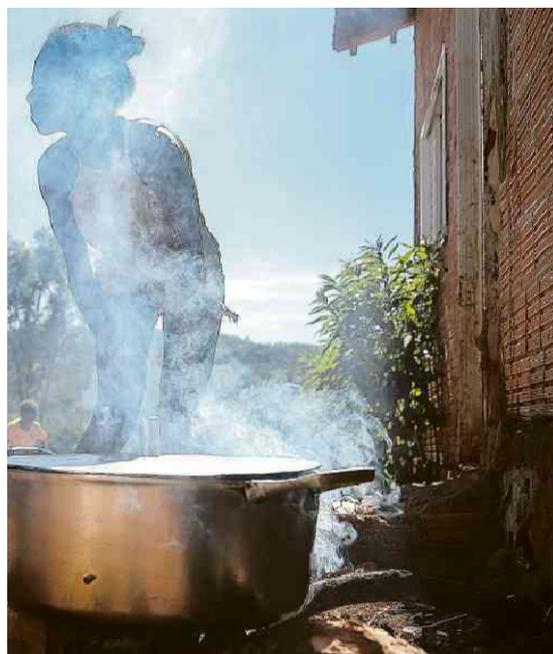
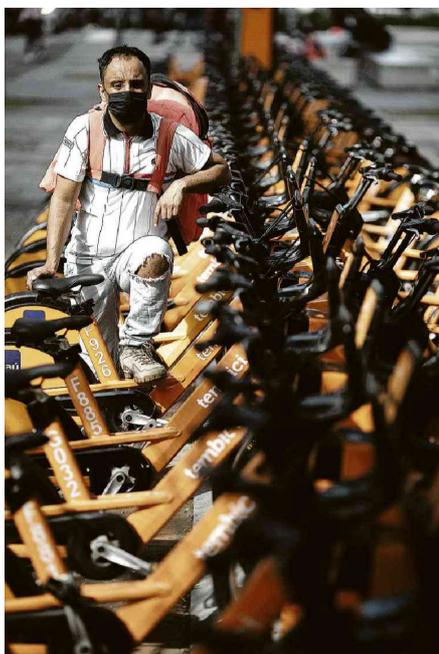
Pode até ser que o avanço da vacinação traga alguma esperança para a recuperação do mercado de trabalho. Os próximos meses dirão. Mas também não há nenhuma garantia de que tudo voltará a ser como antes. Se de um lado a trajetória fiscal se tornou mais sustentável, de outro, a sociedade ficou mais desigual e com piores perspectivas de emprego. O **PIB** é certamente um dos indicadores da retomada, mas ele sozinho não será suficiente para garantir um crescimento estável e duradouro da nossa economia, especialmente quando os ganhos deixam tanta gente para trás.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=495>

66

Desigualdade racial é ainda pior em regiões mais ricas do Brasil



Érica Fraga Danilo Verpa Gustavo Queirolo

Prosperidade econômica nem sempre caminha lado a lado com menor discriminação racial. O Sudeste é, ao mesmo tempo, a região mais rica do Brasil e a que mais impõe barreiras para que pretos e pardos tenham as mesmas oportunidades que brancos. Já o Sul ocupa a segunda posição nos dois casos.

Isso não significa que um menor hiato entre brancos e negros (a soma de pretos e pardos) só ocorra em locais pobres, onde há pouco a distribuir. Entre o alto nível de desenvolvimento do Sul e do Sudeste e a carência do Norte e do Nordeste, o Centro-Oeste se tornou a região com a menor desigualdade pela cor da pele.

As conclusões vêm de um novo projeto da Folha para jogar luz sobre as múltiplas desigualdades raciais do país, ao mensurar o acesso dos negros às melhores condições de vida nas cinco áreas geográficas e 27 unidades da Federação.

A ferramenta que possibilita as comparações, inédita, é o Índice Folha de Equilíbrio Racial (Ifer), cuja metodologia foi elaborada pelos economistas do Insper Sergio Firpo, Michael França e Alysson Portella.

Sua proposta é medir a distância entre, de um lado, a realidade de desigualdade racial nos estados e nas

regiões do país e, do outro, um cenário hipotético de equilíbrio, em que a presença dos negros em estratos de elite refletisse seu peso na população de 30 anos ou mais.

Os componentes que buscam condensar essa ideia são a posse de, no mínimo, um diploma de ensino superior e a presença no topo da distribuição de renda e no grupo de habitantes mais longevos. Essas três dimensões têm pesos equivalentes no índice.

O Ifer pode variar de -1 (pior cenário possível para os negros) a 1 (pior situação possível para os brancos).

"Nossa ideia foi sintetizar na estatística várias barreiras que o negro enfrentou ao longo da vida", diz França, que é também colunista da Folha. "O recorte dos que têm ensino superior captura, por exemplo, informações do ciclo de vida educacional de um negro, toda a exclusão que faz com que muitos não cheguem lá."

Apesar de ter nascido com a história colonial do Brasil e se estendido por cinco séculos, a exclusão mencionada por França começou a ocupar o centro do debate público apenas recentemente.

Os protestos que eclodiram após a morte de George Floyd, nos Estados Unidos, em maio de 2020, aceleraram esse processo, mas o interesse dos brasileiros pelo tema parece ter começado um pouco antes.

O conceito de racismo estrutural, antes desconhecido ou ignorado por parte significativa da sociedade, passou a mobilizar mais o interesse de internautas do que a expressão democracia racial no fim de 2019 e o início de 2020.

"Quando dizemos que o racismo é estrutural, estamos dizendo que, se tudo acontecer em sua normalidade, o resultado será racista", explica a psicóloga Lia Vainer Schucman, que pesquisa branquitude e relações raciais.

A tendência veio acompanhada por uma demanda por respostas para o fato de os negros serem, desproporcionalmente, afetados não apenas pela violência, mas também por desemprego, informalidade, pior acesso à saúde e à educação de qualidade.

Com o Ifer, a reportagem da Folha e os economistas que construíram sua metodologia não têm a pretensão de trazer conclusões sobre os complexos mecanismos que alimentam essa realidade.

Mas o índice pode permitir hipóteses tanto sobre as

causas das diferenças nas desigualdades locais quanto sobre políticas e ações que explicam avanços e retrocessos das unidades da Federação e regiões capturados pelo Ifer ao longo do tempo.

O Ifer revela contrastes como o registrado entre o Amapá e o Amazonas. Os dois têm alta proporção de negros na população: mais de 80% do total com 30 anos ou mais, ante 54% no Brasil. A renda per capita é baixa (respectivamente, R\$ 880 e R\$ 842, em 2019) e estão na mesma região.

No entanto, o Amapá é a única unidade da Federação brasileira que, no índice, está próxima de um relativo equilíbrio entre brancos e negros, enquanto o Amazonas perde em desigualdade racial apenas para São Paulo, onde o desequilíbrio é mais que o dobro do registrado no Amapá.

"A vida em São Paulo pra quem é negro é muito difícil. As pessoas falam que o Brasil não é racista, que os Estados Unidos são. Mas o Brasil é um país racista em muitas coisas", diz o entregador de aplicativo Rafael da Silva, 28.

Segundo o economista Helio Santos, ativista do movimento negro desde os anos 1970, a virulência com que o racismo se manifestou em países como os EUA e a África do Sul -com linchamentos e apartheid- tornou sua fraqueza, já que é mais fácil combater o que é explícito do que práticas veladas na rotina.

O oposto é verdade aqui: "A força do racismo aqui na América Ibérica foi a maneira aparentemente branda com que ele veio, falando muito em miscigenação, mas miscigenação sem integração", diz o economista.

Para Santos, a cultura ibérica tem duas características fortes: a dissimulação e a manutenção dos privilégios. "Quando você mistura os dois, tem o crime perfeito."

A campanha iniciada pelo movimento negro nos anos 1930 foi longa, mas surtiu efeitos como a política de cotas raciais e sociais em universidades públicas e a conscientização de jovens sobre os limites que a discriminação impõe.

Para o entregador Silva, a pele escura explica desde olhares desconfiados que o seguem quando entra em um shopping ao envolvimento de seu irmão com o tráfico de drogas, que terminou com seu assassinato aos 15 anos, acentuando o problema de alcoolismo de sua mãe.

"Meu irmão era bem mais escuro do que eu, que sou pardo. Na escola, chamavam ele de neguinho. É lógico que ele entrou no caminho errado porque quis, mas a cor da pele contribuiu para muita coisa que ele

passou. E acho que o mesmo aconteceu com minha mãe."

A ciclovia por onde Silva anda em São Paulo ilustra a cor da desigualdade no Brasil: a maior parte dos negros que trafegam por ela está a serviço de aplicativos, e a maior parte dos brancos usa roupas esportivas ou traje social.

Apesar das muitas horas trabalhadas por dia, Silva diz ser grato às oportunidades que surgiram com os aplicativos de entrega, que lhe dão uma renda próxima a R\$ 2.000 por mês.

"Não tiro folga e vivo exausto, mas os aplicativos me salvaram do desemprego", afirma.

Corrigido pela **inflação**, o rendimento atual de Silva é um pouco inferior aos R\$ 1.971 que os negros paulistas recebiam, em média, no estado de São Paulo, em 2019, ano mais recente da série do Ifer.

Em termos absolutos, o valor estava longe de ser dos piores: era a quarta maior renda (incluindo salário e demais rendimentos) estadual aferida por pretos e pardos ocupados no Brasil.

Mas a distância de 80% entre o R\$ 1.971 e os R\$ 3.552 recebidos, em média, pelos brancos paulistas faz de São Paulo o segundo estado mais desigual nesse quesito, perdendo apenas para o Amazonas.

Além disso, esses estados registram enorme descasamento entre a proporção de pretos e pardos que alcançam ou ultrapassam a renda que separa os brancos 10% mais ricos dos demais 90% e seu peso populacional.

É esse desequilíbrio que o Ifer mensura em suas três dimensões que são, posteriormente, consolidadas em um único indicador.

Os resultados individuais dos componentes do índice mostram que a exclusão dos negros é significativa no acesso ao ensino superior e, mais ainda, ao topo da pirâmide de renda.

No caso da sobrevivência, a maior parte dos estados está em relativo equilíbrio racial. Isso, provavelmente, se deve ao fato de que a população analisada tem 30 anos ou mais, faixa etária na qual os negros passam a ser menos afetados por mazelas como a morte precoce por violência.

O cálculo do componente de sobrevivência no Ifer é semelhante ao feito para a renda: extrai-se o grupo de brancos 10% mais idosos e calcula-se a idade que o separa dos demais 90%.

Em seguida, identifica-se quantos negros da mesma faixa etária atingem ou ultrapassam a idade de corte dos brancos mais longevos e calcula-se o quanto sua presença nesse grupo se aproxima de seu peso na população.

França, Firpo e Portella fizeram ainda outros exercícios, como mudar a linha de renda e idade para 20%. As reportagens desta série se baseiam no recorte de 10%, mas os números completos estão disponíveis no painel interativo criado para este projeto.

Os três economistas também acabam de publicar um trabalho sobre o Ifer.

Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Ceará seguem São Paulo e Amazonas como as UFs menos inclusivas, racialmente, do Brasil, mostra o Ifer. Na ponta oposta, ao lado do Amapá, Rondônia, Rio Grande do Norte, Goiás e Mato Grosso são as menos desiguais.

Embora o nível da exclusão vivida pelos negros varie bastante entre estados e regiões, o índice mostra que ela marca todos os cantos do Brasil.

A vasta maioria dos resultados aponta uma sub-representação dos negros -ou dominância branca- no acesso a melhores condições de vida capturadas pelas três dimensões do índice. O resultado do Brasil como um todo é -0,332.

Não há um número em toda a série histórica do Ifer, de 2012 a 2019, que aponte uma situação oposta, de sub-representação dos brancos (ou dominância negra).

Segundo Firpo, a lógica matemática por trás do índice é capturar a probabilidade de que a distribuição de dois grupos populacionais em certos contextos ou recortes tenha ocorrido ao acaso ou não.

"Quanto mais negativo for seu resultado, menor a chance de que isso tenha sido efeito do acaso", diz o pesquisador.

Essa metodologia foi, inicialmente, desenvolvida por Firpo, França e o economista Lucas Rodrigues -que faz doutorado na USP- para medir as desigualdades na participação de negros e brancos no mercado de trabalho formal. A ideia deles era inspirada em um trabalho dos acadêmicos Roger Ransom e Richard Sutch sobre os Estados Unidos.

Ainda que a exclusão racial no país permaneça elevada, o Brasil evoluiu em combatê-la nos últimos

anos.

O Ifer mostra que, entre as cinco regiões do país, apenas o Nordeste se tornou, racialmente, mais desigual na comparação entre a média móvel de três anos encerrada em 2019 e a terminada em 2014.

O Centro-Oeste foi a região que mais progrediu, tirando do Nordeste o posto de área geográfica com o menor desequilíbrio racial, pela metodologia do Ifer.

Das 27 unidades da Federação, 17 reduziram seu nível de desigualdade no mesmo período, três estacionaram e sete recuaram.

O Amazonas foi a UF que mais reduziu sua disparidade, sobretudo pela queda da distância entre as duas raças no acesso ao ensino superior do estado. Ainda assim, permaneceu sendo o estado mais desigual nesse quesito.

O componente educacional do índice foi o principal responsável pela sua queda de forma agregada. Na dimensão da renda também houve progresso, embora mais restrito.

Já em termos de sobrevida, o Ifer piorou em vários estados, mas essa tendência pode estar capturando fatores demográficos e, não necessariamente, um aumento do descolamento na expectativa de vida entre negros e brancos. Segundo os economistas que desenharam o índice para a Folha, isso ficará mais claro conforme ele for atualizado nos próximos anos.

É possível que a peculiar demografia de um país altamente miscigenado como o Brasil também ajude a explicar outros efeitos exibidos no Ifer.

"Nós trabalhamos com dados do IBGE [Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística] que se baseiam na autodeclaração da cor da pele. Sabemos que, no Brasil, tanto a composição racial da população quanto a dinâmica das relações criada por ela podem variar bastante", diz Alysson Portella.

Os movimentos registrados por estados e regiões nas dimensões de educação, renda e sobrevida do Ifer, assim como a construção do conceito de raça no Brasil, serão abordados em outras reportagens nos próximos dias.

A equipe multirracial que desenvolve esse projeto também mapeou ações de combate ao racismo estrutural em nível nacional, nas 27 UFs e em alguns municípios, como Monte Alegre de Goiás.

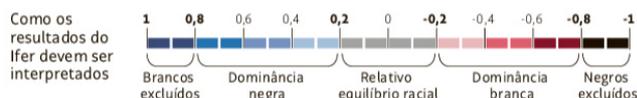
O Ifer se restringe, por ora, à comparação entre brancos e negros devido à dificuldade de incluir

indígenas e amarelos, que representam uma pequena fatia da população, nos cálculos que se baseiam na Pnad Contínua, pesquisa que usa dados amostrais. Também por esse motivo, optou-se por trabalhar com pretos e pardos agrupados.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49566>

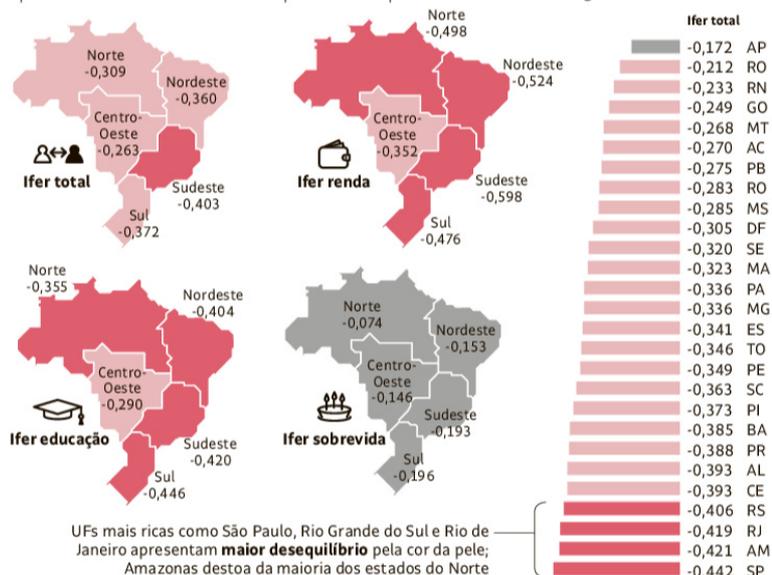
Índice Folha de Equilíbrio Racial (Ifer) mostra os diferentes níveis de exclusão vividos por negros no país



Regiões mais ricas do país, o Sul e o Sudeste, são as que mais excluem negros de melhores oportunidades*

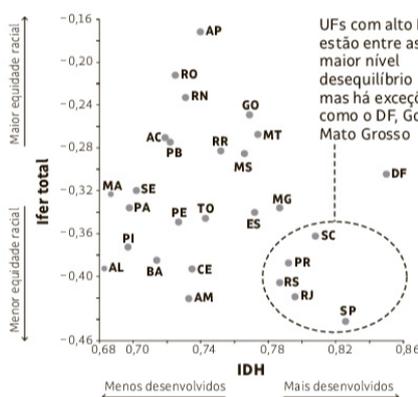
O Centro-Oeste tem o menor desequilíbrio que, embora em níveis variados, está presente em quase todo o país

Amapá, Rondônia e Rio Grande do Norte são os **estados** com menor nível de desigualdade entre negros e brancos*



Maior nível de desenvolvimento humano, muitas vezes, ocorre em paralelo à alta exclusão de negros

O IDH pode variar de 0 a 1. Quanto mais baixo, menor é o nível de desenvolvimento e vice-versa*



*O IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) dos estados brasileiros é calculado no âmbito do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em parceria com o Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e a Fundação João Pinheiro. Os dados mais recentes disponíveis são de 2017.

Exemplos de quanto as UF's estão longe do equilíbrio racial que o Ifer busca refletir

População de 30 anos ou mais, **no ensino superior**, por cor da pele, no Rio de Janeiro*

População de 30 anos ou mais, **entre os 10% com maior renda**, por cor da pele, em São Paulo*



*Os cálculos de renda e sobrevida usados neste recorte do Ifer usaram como ponto de referência os valores que separam os brancos 10% mais ricos e mais idosos dos demais 90%. No caso dos estados, os dados se referem a uma média de 2017, 2018 e 2019 (usada para suavizar possíveis oscilações bruscas e pontuais nos números). Todos os cálculos consideram a população com 30 anos ou mais. Como o objetivo do índice é medir a disparidade entre brancos e negros - grupo que reúne pretos e pardos - os demais grupos raciais foram excluídos da base populacional usada.